

JOSÉ REIS *

A AGRICULTURA E A ACÇÃO COOPERATIVA

1. Com esta reflexão procura-se prestar alguma atenção ao lugar para que a agricultura tem sido remetida na economia e na sociedade portuguesas e, assim, contribuir para sublinhar o papel indispensável que a cooperação agrícola representa como forma potencializadora de um papel diferente para a agricultura. Diferente quer significar, na situação concreta que hoje se vive, a possibilidade de conter a tendência para a diminuição da remuneração do trabalho dos agricultores e de viabilizar uma real capacidade para a agricultura se articular com outros sectores produtivos num modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa mais centrado sobre as necessidades do país. E isso, sabe-se, não dispensa que aos agricultores seja dada a palavra e que o desenvolvimento das zonas industriais da transformação e distribuição de produtos agrícolas e da *malha* industrial que possibilite a internalização do desenvolvimento económico se faça *virado para* a agricultura e não à custa dela (Bernis, 1981).

É também um dado assente que, sozinho e desorganizado, o sector agrícola é um ponto fraco. A acção cooperativa surge, então, como uma necessidade óbvia.

Procurarei aqui, essencialmente, analisar *um* ⁽¹⁾ dos aspectos do relacionamento económico da agricultura onde se manifesta o seu desfavorecimento — refiro-me às relações mercantis (de compra e venda de produtos e de factores de produção) em que a agricultura intervém.

Não se confinam a isto, como se sabe, nem o papel que a agricultura desempenha nem os problemas que tem que su-

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ Sobre as «funções» do espaço rural cf. Pinto (1981).

perar. O papel da agricultura é múltiplo e não passa só pelo produto comercializado mas também, e muito na economia portuguesa, pelo que representa como lugar de prolongamento da jornada de trabalho de muitos trabalhadores de outros sectores e, daí, como complemento para a satisfação das suas necessidades. E entre os problemas um deles é bem conhecido — o das estruturas produtivas. Qualquer destes aspectos não é alheio à discussão que se faça sobre a acção cooperativa na agricultura, hoje em Portugal.

Tomando como principal objectivo desta reflexão o domínio, embora parcial, dos mercados agrícolas e alimentares estamos também a situar-nos na esfera em que a capacidade de intervenção da cooperação agrícola é mais possível, pois é aí que ela já existe mais estruturada. De facto, das 1284 cooperativas agrícolas existentes no final de 1980 e que representavam 37,9% do total das cooperativas portuguesas, a maioria é de «serviços cooperativos» (627) e de transformação (190). É de notar também que o campo está aberto para uma conjugação de esforços, que se deseja forte, entre as cooperativas agrícolas e as cooperativas de consumo — objectivo importante já assinado nestas Jornadas de Cooperativismo. As cooperativas de consumo (13,9% do total) e as agrícolas representam mais de metade das cooperativas portuguesas, pelo que não falta *espaço* para que esta acção conjugada se desenvolva.

2. São já termos demasiado gastos os que atribuem à agricultura portuguesa o papel de empecilho, de travão para o crescimento económico português porque ela é atrasada, porque produz pouco, porque por isso os preços dos produtos agrícolas são caros, porque, enfim, ela absorve os dinheiros do país.

Penso que muitas destas afirmações, embora à primeira vista ganhem justificação numa realidade indesmentível que é a fraca produção agrícola nacional e o baixo nível de certos indicadores com que habitualmente se analisa a economia agrícola, são principalmente pouco esclarecedoras acerca da situação que procuram caracterizar. Porque, de facto, não me parece que seja correcto, na economia como em tudo, arranjar um *culpado* por todos os males — neste caso os «males» que a nossa economia representa — e com isso justificar tudo. A agricultura portuguesa tem sido arvorada nesse *culpado* mas, a agricultura é um sector da economia e, aí, integra-se nas *relações* que caracterizam o funcionamento económico duma sociedade. O que importa saber é como se processam essas relações e, principalmente, onde são originadas e como são orientadas. Ora todos estaremos de acordo que não tem sido a agricultura nem os

produtores agrícolas, que têm ditado as orientações da economia portuguesa e que eles têm sido, isso sim, subordinados pelas relações e pelo lugar que a economia — e quem a orienta — lhes impõe. Aliás, se concordamos que um vector indispensável a um processo de desenvolvimento é uma forma de articulação da agricultura e da indústria mutuamente potencializadora de incentivos, temos de concluir que esta condição tem estado de todo em todo arredada da economia portuguesa. À agricultura tem-se, de facto, pedido que forneça produtos a preços baixos (este foi um objectivo declarado da política económica dos anos 60) e que seja ainda lugar de complemento dos salários baixos que alguns sectores não-agrícolas pagam aos seus trabalhadores (isto é, que participe na *reprodução da força de trabalho*).

No campo de análise que me proponho, procurarei mostrar como a agricultura portuguesa, no período recente de 1976 a 1981, tem estado a ser alvo de uma drenagem dos rendimentos que cria: isto é, a agricultura está a pagar cada vez mais por aquilo que compra e a receber cada vez menos (em termos reais) por aquilo que vende. Nestes termos, não tem sentido responsabilizar a agricultura pelo efectivo aumento dos preços (no consumidor) dos produtos alimentares: eles elevam-se mas não em benefício, ou por causa, da agricultura mas principalmente em favor dos circuitos comerciais (os chamados sectores a jusante da agricultura), ou como efeito dos aumentos muito significativos dos preços dos factores de produção que os agricultores compram aos sectores a montante.

Assim, e para o período 1976-81 ⁽²⁾ pode-se justificadamente adiantar as seguintes ideias:

a) *Os portugueses não têm melhorado a sua alimentação*

Com efeito, o consumo de produtos alimentares, degradou-se em 1978 e 1979 e, em 1980 e 1981, recuperou os níveis verificados em 1976. De facto, a rubrica «Alimentação e Bebidas» das «Despesas dos consumidores em bens e serviços» variou de seguinte forma, em termos percentuais:

1976: 0; 1977: - 1,7; 1978: - 1,4; 1980: + 5,3; 1981: + 0,5

⁽²⁾ Para esta análise utilizaremos, para além da informação directamente fornecida pelo INE e pelo Banco de Portugal, a informação contida em Pinto *et al.* (1982). *A Economia do Sector Agrícola - Análise da evolução 76-80*, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

Naturalmente que os principais atingidos são as classes de menores rendimentos — aqueles para quem as despesas em alimentação constituem uma percentagem mais elevada das despesas totais.

A esta situação acresce ainda o facto de as despesas em «Alimentação e Bebidas» terem aumentado a sua parte nas despesas totais (isto é as pessoas ficaram com uma parte menor dos seus rendimentos para outras despesas que não as alimentares).

A rubrica alimentação e bebidas representava, em 1976, 45,9% da despesa total, posição recuperada em 1980 (45,5%), mas em 1977, 1978 e 1979 estes valores centraram-se acima dos 47%.

b) *Os produtos alimentares são pagos pelos consumidores cada vez mais caros*

De facto, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) de «Alimentação e Bebidas» tem sofrido acréscimos percentuais anuais mais elevados que o IPC total:

IPC de «Alimentação e Bebidas»: 1977: + 31,9; 1978: + 22,4; 1979: + 28; 1980: + 10,4; 1981: + 20,1.

IPC total: 1977: + 27; 1978: + 22,1; 1979: + 24,2; 1980: + 16,6; 1981: + 20.

c) *Os responsáveis (ou os beneficiários) destes aumentos de preços não são os agricultores*

Os aumentos dos preços derivam principalmente da comercialização (do chamado sector a jusante da agricultura) pois a esses aumentos no consumidor não correspondem aumentos equivalentes no produtor.

Tem sido sempre crescente o diferencial verificado na relação preços pagos pelos consumidores/preços recebidos pelos produtores. Considerando uma base 100 para esta relação em 1976, os índices para os anos seguintes seriam:

1977: 107; 1978: 109; 1979: 112; 1980: 117

Daí que os preços *reais* (deflacionados pelo Índice de Preços no Consumidor) recebidos pelos produtores se tenham degradado acentuadamente (13% para o período 1976-80).

Aliás, a comparação das taxas de crescimento dos preços do PIB e do PAB (ou a taxa de crescimento dos preços do PAB com a dos preços no consumidor) é ainda significativa:

Em média, o aumento do nível geral dos preços (representado pelo Índice de Preços Implícitos no PIB) é superior ao aumento dos preços do produto agrícola (PAB). Vejamos os acréscimos percentuais anuais:

IPI (PIB): 1977: 27; 1978: 22; 1979: 21; 1980: 14

IPI (PAB): 1977: 33; 1978: 15; 1979: 14; 1980: 13

Neste período os preços no produtor sobem, assim, de 21% para o total da economia e de 18,8% para a produção agrícola.

O efeito inflacionista do sector agrícola é, por isso, pouco significativo, centrando-se sempre em níveis inferiores ao da sua participação no produtor total.

Assim, segundo estimativas dos autores que citamos, a contribuição índice de preços do PAB para o acréscimo do índice de preço total é em 1977 de 8,4%, em 1978 de 11,7%, em 1979 de 9,9% e em 1980 de 3,3%. A participação do PAB no PIB varia entre 13,2% (em 1976) e 11,6% (em 1980).

Se a responsabilização da *zona* a jusante da agricultura já foi sublinhada, também a influência dos sectores a montante é significativa: isto é, uma parte dos aumentos de preços recebidos pelos agricultores *escoa-se* para os fornecedores por intermédio do aumento dos preços dos factores de produção devido a um aumento mais rápido dos preços dos factores comprados pelos agricultores.

A relação preços recebidos/preços pagos pelos agricultores evolui do seguinte modo, considerando para 1976 a base 100, 1977: 106; 1978: 94; 1979: 95; 1980: 96. Esta evolução é significativamente mais desfavorável para os produtos vegetais que para os pecuários.

Interessante é verificar como se repartem os acréscimos dos preços dos produtos agrícolas entre as despesas intermédias (contribuição dos sectores montante) e a remuneração dos factores específicos dos sectores agrícolas (contribuição da produção agrícola): para o conjunto da agricultura a situação de 1976/77 (37% dos aumentos eram devidos aos sectores a montante; 63% à produção agrícola) inverte-se em 1979/80 (66% e 34% respectivamente).

O sub-sector animal é sempre altamente dependente dos efeitos de montante (mais de 60%) enquanto na produção vegetal a *inversão* é particularmente característica em 1980.

Em conclusão, estima-se que, da variação de preços dos bens alimentares verificada no período 1976-80 (23,15%), 10,43% são devidos ao sector a jusante da agricultura; 5,46% à própria agricultura; 3,7% aos produtos importados e 3,56% ao sector a montante.

Alargando a análise aos dados fornecidos pelo novo sistema de Contas Nacionais do INE (período 1977 a 1981) podemos, para o ramo «agricultura», confirmar a tendência até aqui assinalada.

Consideraremos como mais significativa a evolução das seguintes variáveis: valor acrescentado, consumos intermédios, margens comerciais.

	1978		1979		1980		1981	
	1	2	1	2	1	2	1	2
Valor acresc.	8,2	22,1	25,8	-3,5	0,08	5,4	-15,6	12,0
Cons. intermé.	-4,9	22,1	8,1	22,9	16,0	14,6	-0,5	27,0
Margens comer.	2,9	24,2	7,7	6,2	7,6	13,7	-2,5	17,9

1 — Taxa de crescimento em volume

2 — Taxa de crescimento dos preços

Assinale-se, em primeiro lugar, como o aumento dos preços do valor criado na agricultura é muito menos acentuado que as margens comerciais que vão onerar estes produtos — este *afastamento* confirma-se em todos os anos deste período. Daí, portanto, o diferencial entre o incremento dos preços no consumidor e o dos preços no produtor já atrás referido.

Por outro lado, o crescimento anual dos preços dos consumos intermédios da agricultura (compras dos agricultores com fins produtivos) está também fortemente *desnivelado* relativamente ao aumento dos preços do valor acrescentado. Este é um aspecto que não pode ser omitido quando se discute a chamada «modernização» da agricultura.

d) *Os rendimentos dos agricultores diminuem*

A posição relativa dos rendimentos criados na agricultura é um indicador, entre outros, da posição (desigual) que a agricultura ocupa numa formação social.

Ora, não há indícios (antes pelo contrário) de que esta situação se altere. Desde 1978 que a evolução dos rendimentos reais é negativa (-5,2% em 1978; -8,8% em 1979; -3,4% em 1980; -1% em 1981). Aliás semelhante comportamento é o do rendimento real dos trabalhadores rurais (-9% em 1977; -5% em 1978; -1,7% em 1979; +1,9% em 1980; -3% em 1981).

Como semelhante é também a evolução que afecta outros estratos dos trabalhadores portugueses: por exemplo os da indústria transformadora cujos salários são dos mais baixos (jun-

tamente com a construção) no conjunto das actividades não agrícolas.

Mas, ao sublinharmos a questão dos rendimentos dos agricultores estamos também a situar-nos no campo do objectivo «histórico» mais afirmado pelo movimento cooperativo agrícola — a luta contra a diminuição relativa desses rendimentos (Barros, 1979).

3. Porque nos estamos a situar num campo agregado, global, e porque, para além disso, a análise da agricultura e da sociedade portuguesa exige a consideração da diversidade e das particularidades que as caracterizam, reputo ainda de *parciais* os aspectos que acabamos de referenciar.

Tem-se de facto, a ideia de que o papel desempenhado pela agricultura na economia portuguesa é mais complexo: é, por exemplo, notório que muito da estrutura industrial portuguesa (a parte que mais claramente reflecte a sua debilidade) procura *suporte* na agricultura.

A constatação das disparidades salariais em Portugal (Leitão e Freitas, 1982) evidenciam-nos uma *zona* do tecido industrial português que ocupa o nível inferior do leque salarial. Trata-se de um conjunto de actividades da indústria transformadora (vestuário, calçado, cortiça, alimentação, madeiras, têxteis, e a que há que juntar também a construção e obras públicas e a indústria extractiva) que mais do que considerá-las como *tradicionalis* (como fazem as outras acima referidas) são, a meu ver, representativas de uma forma particular de relacionamento com uma mão-de-obra cujo enquadramento familiar é ainda rural (ou estará daí em transição). É assim que ganha sentido particular a «função» de fornecimento e reprodução da força de trabalho industrial desempenhada pela agricultura portuguesa.

A circunstância de o papel da agricultura assumir esta forma multifacetada e dominada e de ser, afinal, a partir desta situação (e não de modelos ideais que fazem *tábua rasa* da realidade existente) que se tornam imperiosas acções que viabilizem a superação da nossa insuficiência produtiva e, fundamentalmente, que defendam o posicionamento social da população agrícola e potencializem um modelo de desenvolvimento auto-centrado, faz redobrar de importância a acção cooperativa.

Exige-se-lhe, por isso, que não perca a sua ligação aos agricultores e a uma válida perspectiva de desenvolvimento económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, Henrique (1979), *Cooperação Agrícola 1970*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Bernis, Destanne de (1981), *Propositions pour une Stratègie de Développement*, Grenoble.
- Leitão, Maria Lúcia e Freitas, Vera (1982), *Análise das Disparidades Salariais no pós 25 de Abril*. Lisboa: Moraes Editores/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pinto, A. Sevinate *et al.* (1982), *A Economia do Sector Agrícola - Análise da Evolução; 76-80*, Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.
- Pinto, José Madureira (1981), «O Espaço Social Rural: Especificidades, Funções, Transformações», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 7/8.
- INE (1982), *Contas Nacionais 1977 a 1981*. Lisboa: Serviços Centrais.